Regulamento do processo do contencioso administrativo

Da competência das auditorias

Artigo 17.º

§ 3.º A disposição do parágrafo anterior não é aplicável à auditoria de Lisboa no que respeita às reclamações vindas das ilhas adjacentes.

§ 4.º Do despacho a que se refere este artigo, quando puser termo ao processo, cabe recurso que subirá nos próprios autos, e simples protesto no caso contrário.

Artigo 18.º Quando o processo deva prosseguir terá lugar a produção da prova, observando-se em tudo as disposições das leis de processo civil com as seguintes modificações.

Artigo 34.º Os auditores, nas suas licenças e impedimentos, serão substituídos pelo juiz de uma das varas cíveis, nomeado pelo presidente da Relação; os agentes do Ministério Público serão substituídos por um dos delegados do Procurador da República da comarca sede da auditoria, nomeado pelo Procurador da República junto da respectiva Relação.

ARTIGO 2.º

Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 11 de Março de 1931.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*António Lopes Mateus*—*José de Almeida Eusébio*—*António de Oliveira Salazar*—*Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo*—*Luis António de Magalhães Correia*—*Fernando Augusto Branco*—*João Antunes Guimarães*—*Armindo Rodrigues Monteiro*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Assisténcia

Para os devidos efeitos se declara que no decreto n.º 19:410, de 5 do corrente mês e ano, publicado no *Diário do Govêrno* n.º 53, 1.ª série, da mesma data, no artigo 5.º, onde se lê: «10 professores do curso industrial de ensino técnico», deve ler-se: «8 professores do curso industrial de ensino técnico», e onde se lê: «8 professores do curso comercial de ensino técnico», deve ler-se: «10 professores do curso comercial de ensino técnico».

Direcção Geral de Assisténcia, 10 de Março de 1931.—Pelo Director Geral, *Guilherme Possolo*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 19:439

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de

1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: lei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A verba descrita na classe «Despesas de comunicações», capítulo 2.º, artigo 16.º, 2) «Telefones», do orçamento do Ministério da Justiça e dos Cultos para o corrente ano económico é adicionada a quantia de 500\$.

Art. 2.º É anulada a referida quantia de 500\$ na verba consignada no mesmo orçamento na classe «Despesas de comunicações», capítulo 1.º; artigo 7.º, 2) «Telefones».

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 11 de Março de 1931.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*António Lopes Mateus*—*José de Almeida Eusébio*—*António de Oliveira Salazar*—*Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo*—*Luis António de Magalhães Correia*—*Fernando Augusto Branco*—*João Antunes Guimarães*—*Armindo Rodrigues Monteiro*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

2.ª Repartição

Decreto n.º 19:440

Tendo-se reconhecido a necessidade de introduzir algumas modificações na relação geral das indústrias e dos comércios, aprovada pelo decreto n.º 18:222, de 19 de Abril de 1930, e tendo em vista o disposto no artigo 60.º do decreto-lei n.º 16:731, de 13 de Abril de 1929, depois de ouvida a comissão criada pelo § 3.º do artigo 16.º da lei n.º 1:368, de 21 de Setembro de 1922;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro das Finanças, o seguinte:

Artigo 1.º É modificado o n.º 46 da relação geral das indústrias e dos comércios, aprovada pelo decreto n.º 18:222, de 19 de Abril de 1930, para o seguinte:

N.º 40 — Banqueiro que de conta própria faça comércio de banca, nos termos do artigo 362.º do Código Comercial:

Nas transacções sujeitas à taxa do imposto de selo de 1 por milhar — 0,2 por cento.
Nas transacções sujeitas à taxa do imposto de selo de 2 por cento — 20 por cento.

Art. 2.º São adicionados à relação geral das indústrias e dos comércios, aprovada pelo citado decreto n.º 18:222, as rubricas seguintes:

N.º 56-A — Biselagem (fábrica ou oficina de) — 8 por cento.

N.º 382-A — Tabacos insulares (fábrica de) — 5 por cento.

N.º 410-A — Vitrais (fábrica ou oficina de) — 8 por cento.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 11 de Março de 1931. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar*.

Direcção Geral das Alfândegas

1.ª Repartição

1.ª Secção

Decreto n.º 19:441

Considerando a necessidade de uniformizar as condições de cobrança dos impostos municipais, dos impostos especiais e dos direitos aduaneiros que nas ilhas adjacentes incidem sobre tabacos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os impostos municipais e o imposto especial estabelecido pelas leis n.º 234, de 10 de Julho de 1914, e n.º 927, de 20 de Janeiro de 1920, de que são cativos os tabacos nas ilhas adjacentes, bem como o imposto especial estabelecido pela lei n.º 1:657, de 3 de Setembro de 1924, cobrado sobre tabacos no distrito do Funchal, serão liquidados sobre o peso tributável dos mesmos tabacos, nos termos estabelecidos na pauta dos direitos de importação, para cobrança destes direitos.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 28 de Fevereiro de 1931. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — José de Almeida Eusébio — António de Oliveira Salazar — Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo — Luis António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete do Ministro

Rectificação ao decreto n.º 17:465, publicado no «Diário do Governo» n.º 236, de 15 de Outubro de 1929

A alínea d) do artigo 46.º fica com a seguinte redacção:

Nas provas de reconhecimento tático, por cada esquadrão, 1 oficial, 1 sargento, 1 cabo e 6 soldados,

sendo nomeados para reserva de cada patrulha 2 homens e 2 cavalos, os quais só poderão tomar parte na prova se antes do começo desta se inutilizar qualquer dos efectivos.

Lisboa, 10 de Março de 1931. — O Chefe do Gabinete, *José Jorge Ferreira da Silva*, coronel.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção Geral da Marinha

Direcção das Pescarias

Decreto n.º 19:442

Não tendo o decreto n.º 17:915, de 4 de Fevereiro de 1930, produzido os resultados que se esperavam da sua promulgação;

Tendo-se reconhecido que da aplicação do mesmo decreto resultavam diversos inconvenientes;

Tendo ouvido a comissão permanente de estudo de todas as questões relativas à pesca de bacalhau;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A matrícula dos navios de vela nacionais que se destinem à pesca do bacalhau nos bancos da Terra Nova continua a fazer-se segundo os preceitos legais vigentes anteriores ao decreto n.º 17:915, de 4 de Fevereiro de 1930.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário e em especial o decreto n.º 17:915, de 4 de Fevereiro de 1930.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Março de 1931. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — José de Almeida Eusébio — António de Oliveira Salazar — Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo — Luis António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Ocidente

Repartição de Angola e S. Tomé

3.ª Secção

Decreto n.º 19:443

Atendendo ao que requereu a Compagnie Générale de Travaux au Congo «Cogetra», sociedade anónima belga